



ANEXO I - PROJETO BÁSICO

SECRETARIA SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. OBJETIVO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 03 SALAS DE AULA E 02 BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL EXUPÉRIO GONÇALVES, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E CUSTOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

1.2. DESCRIÇÕES DO OBJETO

Item, código, quantidade e especificação.

ITEM	CÓDIGO	UND	QTDE	DESCRIÇÃO
01	462674	SER	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 3 SALAS DE AULA E 2 BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL EXUPÉRIO GONÇALVES, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E CUSTOS, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. O município de Montes Claros está situado na bacia do Alto Médio São Francisco, ao Norte do Estado de Minas Gerais. Possui área de 3.589,811 km² e população de 417.478 habitantes (IBGE/2021). A existência de serviços especializados em Montes Claros ou mesmo a sua inexistência em outras cidades do Norte de Minas lhe confere a posição de cidade polo regional, o que influenciou seu processo de urbanização de maneira acelerada, atraindo novos investimentos e canalizando o capital financeiro para a cidade.

2.2. Atualmente, o município de Montes Claros atende a 69.911 alunos da educação infantil (INEP/2020), sendo 63.693 matriculados em instituições públicas, contemplando os sistemas municipais e estaduais, com 32.223 no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), 31.470 no Ensino Fundamental II e 6.218 alunos matriculados em instituições privadas. No Sistema Municipal de Ensino, o atendimento é realizado nas Escolas Municipais e instituições conveniadas à prefeitura.

2.3. O empreendimento na Escola Municipal Exupério Gonçalves (Pedra Preta) faz parte do conjunto de obras prioritárias da administração municipal, alinhado à ampliação do número de vagas e a modernização dos ambientes escolares, de forma a atender as necessidades urbanas e comunitárias identificadas nos estudos técnicos da Secretaria.

2.4. Com base nessas considerações, a presente contratação representa uma medida necessária para garantir a funcionalidade e a integridade da edificação, bem como o cumprimento das normas técnicas e de segurança vigentes. A intervenção proposta contribui para a consolidação de um ambiente escolar mais seguro, moderno e acolhedor, refletindo o compromisso da gestão municipal com a qualidade da infraestrutura educacional, com o bem-estar da comunidade atendida e com o atendimento da demanda urbana de novas salas de aula.

2.5. A presente demanda tem como finalidade atender à necessidade de ampliação da infraestrutura física da escola municipal Exupério Gonçalves, tendo em vista o aumento do número de alunos matriculados e a insuficiência dos espaços atualmente disponíveis para o adequado desenvolvimento das atividades educacionais.

2.6. Atualmente, a unidade escolar apresenta déficit de salas de aula, o que compromete a organização pedagógica, ocasionando turmas superlotadas e, em alguns casos, a utilização de espaços



improvisados e inadequados ao ensino. Tal situação impacta negativamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

2.7. Além disso, verifica-se a insuficiência das instalações sanitárias existentes, que não atendem de forma satisfatória à demanda atual da comunidade escolar, especialmente no que se refere às condições de higiene, acessibilidade e conforto dos alunos e servidores.

2.8. Diante desse cenário, torna-se necessária a construção de novas salas de aula e banheiros, visando proporcionar um ambiente escolar mais adequado, seguro e inclusivo, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade, saúde e segurança. Verifica-se também que a presente contratação está plenamente compatível com o planejamento institucional e as prioridades da Secretaria Municipal de Educação, configurando medida necessária ao atendimento do interesse público e à garantia de infraestrutura adequada às unidades da rede municipal de ensino.

3. LOCALIZAÇÃO:

3.1. A Escola Municipal Exupério Gonçalves está localizada na comunidade de Pedra Preta, zona rural de Montes Claros-MG, conforme plantas anexas a este Projeto.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO:

4.1. Sendo possível, a prestadora de serviços será selecionada por meio da realização de processo de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, com adoção do critério de julgamento do menor preço global, conforme planilha de orçamento na extensão “xls” a ser fornecida pelo município e ser impressa em papel timbrado da licitante, sendo levados também em consideração critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/21.

4.2. Na planilha, o licitante poderá propor o seu próprio BDI, assim como seus próprios preços unitários sem, contudo, ultrapassar os limites máximos previstos nas planilhas básicas adotadas, tanto relativas a seus preços unitários, quanto ao valor total previsto da planilha.

4.3. O regime de contratação será o de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

As condições de participação na licitação são aquelas descritas no Edital.

5.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1.1. Não será permitida a subcontratação total das obras e serviços constantes do objeto deste Projeto.

5.1.2. Na eventual hipótese de pedido de subcontratação parcial, este deverá ser formalizado pela Contratada, devidamente instruído com todos os elementos necessários e indispensáveis, devendo a subcontratada atender as condições estabelecidas no edital, no que se refere à habilitação jurídica e técnica, bem como estar em dia com os documentos exigidos, hipótese em que, a critério da Contratada, poderá ser permitida a subcontratação parcial.

5.1.3. Não será permitida a subcontratação dos serviços principais, porquanto, somente após parecer técnico que avaliará o índice dos serviços objeto da subcontratação.

5.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhes realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Secretaria Municipal de Educação pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Para habilitação técnica, exigir-se-á comprovação de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região a que estiverem vinculados.

6.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.



6.3. A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional por meio da apresentação de:

6.3.1. Quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado:

6.3.1.1. declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe, declaração esta que poderá ser apresentada no ato da contratação: 6.3.1.1.1. 01 (um) profissional formado em Engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

6.3.2. Quanto à capacitação técnico-profissional:

6.3.2.1. A capacitação técnica do(s) profissional(is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto deste Projeto Básico em nome do(s) responsável(is) técnico(s). O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

- 6.3.2.1.1. Atestado de execução de obras de edificação;
- 6.3.2.1.2. Atestado de execução de fôrma de madeira;
- 6.3.2.1.3. Atestado de execução de estacas;
- 6.3.2.1.4. Atestado de execução de armação aço CA 50/ 60;
- 6.3.2.1.5. Atestado de execução de concreto estrutural;
- 6.3.2.1.6. Atestado de execução de alvenaria;
- 6.3.2.1.7. Atestado de execução de cobertura com telha cerâmica;
- 6.3.2.1.8. Atestado de execução de estrutura de madeira;
- 6.3.2.1.9. Atestado de execução de esquadrias de madeira/alumínio;
- 6.3.2.1.10. Atestado de execução de revestimentos (chapisco, emboço, reboco e cerâmico);
- 6.3.2.1.11. Atestado de execução de pintura látex/acrílica e esmalte (emassamento, fundo selador e pintura);
- 6.3.2.1.12. Atestado de execução de instalações elétricas;

6.3.2.2. A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra:

6.3.2.2.1. Engenheiro Civil/Arquiteto, para comprovação da execução dos serviços.

6.3.2.2.2. Deverá (ão) apresentar também a(s) Declaração (ões) do(s) Responsável (eis) Técnico(s) a ser (em) preenchida(s) pelas licitantes.

6.3.2.3. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto deste Projeto Básico admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela fiscalização municipal.

6.3.2.4. Os responsáveis técnicos acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante **na data da assinatura do contrato**, entendendo-se como tal, para fins deste Projeto Básico, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços.

6.3.3. Quanto à capacitação técnico-operacional:

6.3.3.1. Capacitação técnico-operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) em papel timbrado fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado em nome da licitante, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável técnico do serviço que detém a certidão, constando o endereço do contratante, ou ser



informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância ou valor significativo da obra:

- 6.3.3.1.1. Atestado de execução de obras de edificação – 70,75 m²;
- 6.3.3.1.2. Atestado de execução de fôrma de madeira – 91,01 m²;
- 6.3.3.1.3. Atestado de execução de estacas – 2,98m³;
- 6.3.3.1.4. Atestado de execução de armação aço CA 50/ 60 – 716,24 Kg;
- 6.3.3.1.5. Atestado de execução de concreto estrutural – 12,52 m³;
- 6.3.3.1.6. Atestado de execução de alvenaria – 97,28 m²;
- 6.3.3.1.7. Atestado de execução de cobertura com telha cerâmica – 88,23 m²;
- 6.3.3.1.8. Atestado de execução de estrutura de madeira – 88,23 m²;
- 6.3.3.1.9. Atestado de execução de esquadrias de madeira/alumínio – 12,47 m²;
- 6.3.3.1.10. Atestado de execução de revestimentos (chapisco, emboço, reboco e cerâmico) – 396,06 m²;
- 6.3.3.1.11. Atestado de execução de pintura látex/acrílica e esmalte (emassamento, fundo selador e pintura) – 563,42 m²;
- 6.3.3.1.12. Atestado de execução de instalações elétricas;

Os critérios de maior relevância foram utilizados para os itens 6.3.3.1.2 e 6.3.3.1.3 e parcelas de valor significativo, igual ou superior a 4% (quatro por cento) para os itens 6.3.3.1.1, 6.3.3.1.4, 6.3.3.1.5, 6.3.3.1.6, 6.3.3.1.7, 6.3.3.1.8, 6.3.3.1.9, 6.3.3.1.10, 6.3.3.1.11 e 6.3.3.1.12.

Os serviços de fôrmas de madeira são essenciais para a execução de elementos estruturais em concreto armado, tais como sapatas, blocos de coroamento, vigas baldrame, pilares, vigas e lajes.

Sua relevância técnica decorre dos seguintes fatores:

- **Influência direta na qualidade estrutural:** A fôrma garante o correto dimensionamento, alinhamento, prumo, nível e geometria dos elementos estruturais.
- **Segurança da edificação:** Falhas na montagem ou dimensionamento das fôrmas podem provocar deformações, deslocamentos e até colapsos durante a concretagem.
- **Impacto no desempenho final da obra:** Imperfeições na execução podem comprometer cobrimento de armaduras, durabilidade do concreto e acabamento.
- **Risco técnico elevado:** A atividade envolve montagem provisória sujeita a esforços significativos durante a concretagem, exigindo conhecimento técnico e controle adequado.

Por se tratar de etapa crítica da estrutura, os serviços de fôrma foram considerados itens de relevância no Termo de Referência.

Já a execução das estacas constitui etapa fundamental da fundação da edificação, sendo responsável por transmitir as cargas da superestrutura ao solo de forma segura e estável.

Sua relevância técnica se justifica porque:

- **Elemento estrutural primário:** A fundação é responsável pela estabilidade global da edificação.
- **Alto grau de responsabilidade técnica:** Erros na execução podem ocasionar recalques diferenciais, fissuração, comprometimento estrutural e até necessidade de reforço estrutural.
- **Dependência das condições geotécnicas:** A execução exige conhecimento específico sobre comportamento do solo, controle de profundidade, diâmetro, prumo e integridade da estaca.
- **Baixa possibilidade de correção posterior:** Diferentemente de elementos superficiais, falhas em fundações são de difícil e onerosa reparação.

Considerando que as salas de aula e banheiros compõem edificação destinada ao uso coletivo, com permanência de pessoas (ambiente escolar), a confiabilidade estrutural é requisito indispensável, tornando o serviço de fundação em estaca item de relevância técnica no certame.

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 1.116, DE 26 DE ABRIL DE 2019 que Estabelece que as obras e os serviços no âmbito da Engenharia e da Agronomia são classificados como serviços técnicos especializados



resolvem no parágrafo 2º do art. 1º:

§ 2º As obras são assim caracterizadas em função da complexidade e da multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos exigidos para o desenvolvimento do empreendimento, sua qualidade e segurança, por envolver risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por demandar uma interação de concepção físico-financeira que determinará a otimização de custos e prazos, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

Para execução das atividades, como construção de edifícios, envolve soluções específicas e tecnicamente complexas, não podendo ser definidos a partir de especificações usuais de mercado, carecendo de capacidade técnica que são intrínsecas apenas aos profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, que vão sendo desenvolvidas ao longo da atividade profissional.

Para execução de obras e serviços de Engenharia vão tendo contato com circunstâncias específicas próprias de cada atividade, variando segundo a peculiaridade do local e do tamanho a serem executados, por isso a importância, no objeto aqui tratado, da execução de edificação em momento posterior com a devida comprovação técnica. É uma atividade multidisciplinar, que envolve gerenciamento de diversas atividades e instalações, sendo executados diversos serviços simultaneamente, necessitando de maior gerenciamento com o aumento significativo da edificação e das instalações presentes em projeto.

A exigência está em acordo com as exigências colocadas anteriormente, e Lei de licitação, por não ultrapassar 50% das parcelas de maior relevância no parágrafo 2º do art. 67 da Lei 14.133, vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: (omissis)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Frente ao exposto é possível constatar que a licitante que propuser realizar o serviço do objeto da presente contratação deve se atentar as normas específicas das edificações da educação, sendo imprescindível que se demonstre a capacidade técnica de construção de edificação através de atestado de capacidade técnica, levando em consideração a segurança e a confiabilidade necessária na execução de ambiente educacional e as diversas instalações que nela serão necessárias.

6.3.4. Quanto à capacitação operacional:

6.3.4.1. Declaração formal de disponibilidade dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

PRAZO, LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE

7.1. A Contratada fica obrigada a prestar os serviços, quando solicitado através de Ordem de Serviços, nas condições estabelecidas neste Projeto, no prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da respectiva Ordem.

7.2. O envio da Ordem de Serviço à Contratada poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro



meio válido de comunicação.

7.3. Os serviços deverão ser prestados no local indicado na Ordem de Serviços sem custos adicionais.

7.4. A Contratada deverá atender aos requisitos especificados no presente documento, de forma a garantir a conclusão da obra e execução da construção, conforme o memorial descritivo.

7.5. As medições dos serviços deverão ser realizadas de 30 em 30 dias. No caso de atraso injustificado do cumprimento do cronograma de execução da obra, a Contratada poderá ser multada em 5% (cinco por cento) sobre o valor daquela etapa em atraso.

7.6. A Contratada deverá executar a obra e serviços em conformidade com os projetos aprovados pelo Município e observar as especificações de serviços e materiais, bem como o cronograma físico-financeiro estabelecido pelo Município.

7.7. A Contratada deverá alocar mão de obra, equipamentos e demais recursos necessários à realização das obras e serviços que compreendem os itens relacionados a seguir, cujos respectivos quadros de quantidades e projetos estão anexados ao presente documento. Todas as obras e serviços executados conforme:

- Projetos básicos e/ou executivos,
- Especificações Técnicas.
- Normas Técnicas da ABNT,
- Normas e Procedimentos do Ministério do Trabalho.

8. DIRETRIZES GERAIS DO CONTRATO:

A obra será executada obedecendo rigorosamente ao projeto de arquitetura, estrutural, elétrico, hidrossanitário, caderno de encargos e especificações, memorial descritivo e planilha orçamentária do município.

Para execução da obra compreenderão o fornecimento e a montagem dos equipamentos, materiais, acessórios, transportes verticais, horizontais e fretes, inclusive todas as despesas diretas e indiretas, de mão de obra, assistência técnica, encargos sociais, seguros, ferramentas, impostos federais, estaduais, municipais. As especificações de materiais, bem como todos os desenhos e memoriais respectivos, deverão ser usadas em conjunto, pois se completam.

A CONTRATADA será responsável por qualquer serviço executado em desacordo com o projeto, correndo por sua conta exclusiva a reconstrução do mesmo.

À CONTRATADA caberá a responsabilidade integral por todos os serviços, durante o prazo previsto em lei, a contar da data de entrega definitiva da obra.

Para execução da obra, necessário se faz que a CONTRATADA mantenha um rigoroso controle do Cronograma Físico-Financeiro da obra, a ser apresentado juntamente com sua proposta de execução.

Durante a execução de todas as etapas da obra, deverá ser observada a legislação quanto à higiene, saúde e segurança do trabalho.

9. ESCOPO DOS SERVIÇOS A CARGO DA CONTRATADA:

A empresa vencedora deverá seguir o Projeto disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, além do memorial descritivo, planilhas de quantitativos e custos, que se refere às adequações das áreas físicas do terreno.

10. REMUNERAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS – BDI

O BDI adotado pelo Município é 24,66%, no entanto a empresa poderá propor seu próprio BDI, respeitando as regras constantes no item 4.2. O cálculo do BDI Proposto será calculado automaticamente.

11. NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES

11.1. PARÂMETROS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços de Engenharia e Arquitetura deverá atender às Normas Técnicas Brasileiras pertinentes, bem como às práticas complementares de projeto e construção aplicáveis às edificações escolares.



A ampliação proposta para a Escola Municipal Exupério Gonçalves compreende a construção de **três novas salas de aula e dois banheiros**, concebidos de forma a integrar-se harmoniosamente ao edifício existente e a atender aos parâmetros de conforto, acessibilidade e segurança exigidos pela legislação vigente.

O projeto arquitetônico adotado busca a continuidade estética e funcional da edificação original, assegurando que os novos ambientes atendam às necessidades pedagógicas e socioeducativas das crianças da zona rural. O projeto foi desenvolvido considerando os aspectos de **desenvolvimento físico, psicológico e social** dos alunos, priorizando espaços amplos, ventilados, iluminados e adequados à faixa etária atendida pela escola.

Na concepção da ampliação, foram observadas as **condições climáticas e geográficas** da região de Montes Claros, bem como as particularidades construtivas locais, de modo a garantir o **conforto térmico, acústico e visual** dos usuários. Foram especificados materiais e acabamentos de fácil manutenção e durabilidade, compatíveis com o uso intenso característico de ambientes escolares.

Com a finalidade de atender ao público infantil e proporcionar um ambiente inclusivo e acessível, o projeto contempla:

- Circulações com largura mínima conforme ABNT NBR 9050, garantindo o deslocamento seguro de alunos e servidores;
- Banheiros dimensionados de acordo com a faixa etária das crianças;
- Salas de aula com ventilação cruzada e iluminação natural, favorecendo o conforto ambiental e o desempenho pedagógico;
- Integração funcional entre os blocos existentes e os novos espaços, assegurando fluidez nos percursos e facilidade de supervisão pelos profissionais da escola;
- Setorização racional dos ambientes, de modo a favorecer o uso pedagógico, o controle e a segurança das crianças.

Os critérios adotados destinam-se a **assegurar o conforto, a saúde, a acessibilidade e a segurança** dos usuários, observando integralmente as disposições da **ABNT NBR 9050 (Acessibilidade)**, **NBR 9077 (Saídas de emergência)**, **NBR 5410 (Instalações elétricas)** e demais normas aplicáveis às edificações públicas.

A ampliação da Escola Municipal Exupério Gonçalves visa, portanto, oferecer **instalações adequadas, seguras e acolhedoras**, fortalecendo a infraestrutura educacional da comunidade e contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem das crianças atendidas.

11.2. PARÂMETROS DE IMPLANTAÇÃO

Para definir a implantação do projeto no terreno a que se destina, devem ser considerados alguns parâmetros indispensáveis ao adequado posicionamento que privilegiará a edificação das melhores condições:

- Características do terreno: avaliar dimensões, forma e topografia do terreno, existência de vegetação, mananciais de água e etc.
- Localização do terreno: privilegiar localização próxima a demanda existente, com vias de acesso fácil, evitando localização próxima a zonas industriais, vias de grande tráfego ou zonas de ruído; garantir a relação harmoniosa da construção com o entorno, visando o conforto ambiental dos seus usuários (conforto higr térmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar);
- Adequação da edificação aos parâmetros ambientais: adequação térmica, à insolação, permitindo ventilação cruzada nos ambientes de salas de aula e iluminação natural;
- Adequação ao clima regional: considerar as diversas características climáticas em função da cobertura vegetal do terreno, das superfícies de água, dos ventos, do sol e de vários outros elementos que compõem a paisagem a fim de antecipar futuros problemas relativos ao conforto dos usuários;
- Características do solo: conhecer o tipo de solo presente no terreno possibilitando dimensionar corretamente as fundações para garantir segurança e economia na construção do edifício. Para a escolha correta do tipo de fundação, é necessário conhecer as características mecânicas e de composição do solo, mediante ensaios de pesquisas e sondagem de solo;



- **Topografia:** Fazer o levantamento topográfico do terreno observando atentamente suas características procurando identificar as prováveis influências do relevo sobre a edificação, sobre os aspectos de fundações, conforto ambiental, assim como influência no escoamento das águas superficiais;
- **Localização da Infraestrutura:** Avaliar a melhor localização da edificação com relação aos alimentadores das redes públicas de água, energia elétrica e esgoto, neste caso, deve-se preservar a salubridade das águas dos mananciais utilizando-se fossas sépticas quando necessárias localizadas a uma distância de no mínimo 300m dos mananciais.
- **Orientação da edificação:** buscar a orientação ótima da edificação, atendendo tanto aos requisitos de conforto ambiental e dinâmica de utilização da escola quanto à minimização da carga térmica e consequente redução do consumo de energia elétrica. Havendo necessidade, em função da melhor orientação, o edifício deverá ser locado no terreno de forma espelhada em relação ao eixo central da edificação. Além disso, a área exposta à maior insolação deve ser compatível com a posição de solários, e com a entrada do sol nos ambientes internos favorecendo o desenvolvimento das crianças. A correta orientação deve levar em consideração o direcionamento dos ventos favoráveis, brisas refrescantes, levando-se em conta a temperatura média no verão e inverno característica de cada Município.

11.3. PARÂMETROS FUNCIONAIS E ESTÉTICOS

Para a elaboração do projeto e definição do partido arquitetônico da ampliação da Escola Municipal de Pedra Preta, foram considerados parâmetros funcionais e estéticos que asseguram o atendimento às necessidades operacionais cotidianas da unidade escolar e o conforto dos usuários finais — alunos, professores e equipe administrativa.

Em termos funcionais, o projeto visa oferecer espaços adequados e eficientes para o desenvolvimento das atividades educacionais, garantindo fluidez na circulação e integração harmônica com o edifício existente. A ampliação contempla três novas salas de aula e dois banheiros, distribuídos de forma a otimizar o uso do terreno, respeitar as condições topográficas e favorecer o acesso entre os blocos.

A setorização dos ambientes foi concebida de modo a preservar a dinâmica pedagógica já estabelecida, permitindo a separação adequada entre áreas de ensino, convivência e serviços. Os novos blocos seguem o princípio de continuidade arquitetônica, mantendo coerência com a volumetria existente e respeitando a lógica construtiva da escola original.

A acessibilidade universal foi garantida conforme as diretrizes da ABNT NBR 9050, com circulações amplas, assegurando o uso pleno por todos os usuários. A iluminação natural e a ventilação cruzada foram cuidadosamente planejadas, proporcionando ambientes saudáveis, confortáveis e energeticamente eficientes, reduzindo a dependência de sistemas artificiais.

No aspecto acústico, o projeto busca minimizar a propagação de ruídos entre as salas de aula e demais áreas, favorecendo um ambiente de aprendizado tranquilo. Os materiais de acabamento foram escolhidos considerando durabilidade, fácil manutenção e compatibilidade estética com o conjunto existente, utilizando cores e texturas que estimulem o acolhimento e o bem-estar infantil.

As esquadrias foram dimensionadas com base em critérios de conforto térmico, iluminação e ventilação, garantindo segurança e ergonomia. As coberturas seguem solução simples e eficiente, utilizando estrutura de madeira com telhas cerâmicas.

Do ponto de vista estético, a ampliação adota uma linguagem arquitetônica contemporânea e funcional, mantendo a identidade visual da edificação existente, sem abrir mão da leveza e da integração com o entorno. As proporções, volumetrias e cores foram escolhidas para reforçar a sensação de continuidade e unidade entre os blocos, ao mesmo tempo em que proporcionam ambientes estimulantes, acolhedores e adequados ao desenvolvimento educacional e social das crianças.

Em síntese, o projeto da ampliação da Escola Municipal Exupério Gonçalves foi concebido para aliar funcionalidade, conforto e estética, resultando em uma edificação eficiente, segura e humanizada — um espaço que favorece o aprendizado, a convivência e o pleno desenvolvimento infantil.

11.4. ACESSIBILIDADE

Com base no artigo 80 do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a acessibilidade é definida como a “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O projeto arquitetônico da ampliação da Escola Municipal de Pedra Preta foi desenvolvido em conformidade com a ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos



urbanos, assegurando que todos os ambientes e percursos atendam às exigências de acessibilidade universal.

Foram previstos espaços com dimensionamentos adequados e equipamentos padronizados conforme os critérios estabelecidos na norma. Em consonância com a legislação vigente, o projeto visa garantir segurança, autonomia e conforto a todos os usuários da edificação, promovendo inclusão, igualdade de acesso e usabilidade plena dos espaços escolares.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

Os materiais básicos empregados deverão atender a melhor relação entre custo e benefício, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto. O emprego adequado de técnicas e de materiais de construção, valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade.

13. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Sempre que se exigir, a comunicação entre a Fiscalização (Gestor e Fiscal do Contrato) e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico.

A Fiscalização e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o Contrato, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

14. PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADE ALHEIA

A fim de que sejam preservadas as propriedades alheias:

a)- A CONTRATADA deverá tomar cuidado na execução das obras, para evitar prejuízos, danos ou perdas em benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza;

b)- A CONTRATADA deverá reparar, substituir ou restaurar qualquer propriedade que for prejudicada ou julgada danificada ou perdida, em função da execução dos serviços, de maneira a readquirir condição tão boa quanto a anterior;

c)- A CONTRATADA executará reparos de quaisquer elementos danificados durante os serviços conforme determinações da CONTRATANTE;

d)- A CONTRATADA deve tomar o devido cuidado em localizar quaisquer construções, obras ou benfeitorias que possam ser afetadas por suas operações, antes do início das mesmas, fazendo relatório das condições existentes naquele momento.

15. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

15.1. ADMISSÃO DE PESSOAL

Incumbe a CONTRATADA cumprir e impor a seus empregados a observância das seguintes obrigações:

a) Contribuir para que, no local de trabalho e em toda a obra, sejam mantidos respeito, higiene, ordem e segurança;

b) Fazer com que seus empregados se apresentem no local de trabalho em trajes adequados, sendo obrigatório o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) específicos para cada tipo de serviço, conforme disposto na CLT;

c) Não permitir embriaguez, ingestão de bebidas alcoólicas ou utilização de qualquer substância tóxica no local dos serviços;

d) Proibir o porte de armas brancas ou de fogo;

e) Não entrar nas dependências da obra, fora do horário de trabalho e/ou sem a autorização regular;

f) A Fiscalização poderá exigir a retirada de qualquer funcionário que esteja em serviço no local, bem como da empreiteira responsável, que sejam considerados inconvenientes.

15.2. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S)

A CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente os EPI's a seus empregados e prepostos, e cobrar o uso correto dos mesmos durante a execução das atividades.



15.3. SINALIZAÇÃO DAS OBRAS

A CONTRATADA utilizará fitas zebradas, tapumes, cordas, cones, sinalização noturna com gambiarras e placas de sinalização ou alerta sempre que a atividade o exigir.

15.4. ACIDENTES DE TRABALHO

Todo acidente de trabalho será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser comunicado imediatamente ao CONTRATANTE.

15.5. ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

É proibido acender fogareiros e estufas, com exceção dos elétricos, ou manter botijões de gás, nas dependências das obras e durante sua execução.

Em nenhum momento e sob nenhuma hipótese a obra poderá ser utilizada como dormitório para repouso de empregados e prepostos.

É expressamente proibida a entrada de menores de 18 anos nas dependências das obras, inclusive nos escritórios e estacionamentos, mesmo que acompanhada pelo responsável.

16. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

16.1. O objeto deste Projeto será recebido da seguinte forma:

16.1.1. Provisoriamente, ao término das obras, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação, quantidade, qualidade, preços e outros dados pertinentes constantes neste Projeto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

16.1.2. Definitivamente, após 180 (cento e oitenta) dias do recebimento provisório e após relatório emitido pela Fiscalização de Obras.

16.2. O recebimento definitivo não eximirá a Contratada de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Secretaria Municipal de Educação venha a fazer.

16.3. Na hipótese de os serviços prestados apresentarem irregularidades não sanáveis, será reduzido, a termo, o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos necessários.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A Contratada que der causa à inexecução total do contrato ou parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, (salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado); não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Montes Claros/MG pelo prazo de até 03 (três) anos, bem como declarada inidônea, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

17.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

17.4. O descumprimento das obrigações contratuais implicará a aplicação das penalidades previstas, observando-se os percentuais de multa estipulados na Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 156 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

17.5. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente como previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Projeto.

18.2. Indenizar o Município de Montes Claros por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo decorrente da má prestação dos serviços;

18.3. Cumprir fielmente as exigências deste Projeto.

18.4. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações



assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e no presente Projeto.

18.5. Será exigido, no ato da assinatura do contrato, apresentação do quadro de funcionários da contratada, sendo que, quando este for superior a 20 funcionários para o serviço licitado ou contratado pela Administração, deverá contemplar um mínimo de 5% das vagas para egressos do sistema penitenciário, apenados em regime semiaberto e aberto e pessoas em situação de rua nos moldes da Lei Municipal nº 5.079/2018.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

19.2. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

19.3. Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas.

19.4. Rejeitar todo e qualquer defeito ou imprecisão dos serviços prestados ou que estejam em desconformidade com as especificações deste Projeto.

19.5. Proceder a retenção na fonte do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.

19.6. Proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações (Decreto 4.603 do município de Montes Claros).

20. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

20.1. O prazo para execução do contrato será de 06 (seis) meses a partir da emissão da Ordem de Serviço, e o prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a contar do dia subsequente à publicação do resumo do contrato.

20.2. Esta contratação poderá ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133 de 2021.

21. ESTIMATIVA DE CUSTOS

21.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 385.417,79 (trezentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e dezessete reais e setenta e nove centavos). Custo com base nas Tabelas oficiais SINAPI – Janeiro/2026 e SETOP - Outubro/2025 -Região Norte, sem desoneração, BDI de 24,66% (vinte e quatro vírgula sessenta e seis por cento).

REAJUSTAMENTO

Os preços dos serviços serão reajustados após 1 (um) ano de acordo com os índices preponderantes dos serviços ou seja: Edificações – Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou índice equivalente, tendo como data-base a data do orçamento estimado (preços referenciados nas planilhas oficiais), através da fórmula:

$$R = P_o \times \frac{I_i - I_o}{I_o}$$

Sendo,

R = Reajustamento ;

P_o = Preço inicial ;

I_i = Indicação data - base ;

I_o = Indicação aniversário do orçamento estimado (12 meses).

22. CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS:

22.1. O pagamento decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigente.

22.1.1. A liberação do pagamento da primeira fatura ficará condicionada a:

22.1.1.1. Apresentação, pela Contratada, do comprovante de inscrição da obra (C.E.I.) na Receita Federal para fins Previdenciários.



22.1.1.2. A liberação dos demais pagamentos ficará condicionada à apresentação mensal, pela Contratada, das guias de recolhimento, comprovando o pagamento dos tributos e contribuições sociais a seguir referidos: do INSS (Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

22.2. Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de Termo de Recebimento do Objeto.

22.3. O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

22.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Projeto.

22.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

23. DA GARANTIA

23.1. Será exigida a garantia contratual de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

23.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

23.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverão ser prestadas em até 08 (oito) dias contados da assinatura do Contrato.

23.4. Deverá também ser observado o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

24. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

24.1. É competente para pleno e total recebimento do objeto deste Projeto, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Municipal de Educação através de seus Engenheiros o senhor Luiz Ricardo Alkmim Souza – Fiscal Titular, Engenheiro Civil, CREA MG 238.552/D, Matrícula nº 948302-0/1 e portador do CPF nº 106.242.136-17, e o senhor Jhonata Brito Mendes - Fiscal Suplente, engenheiro civil- CREA MG 210.938/D, Matrícula nº 967675-9/1 e portador do CPF nº 118.275.646-59.

25. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO								
Classificação Institucional	Função	Subfunção	Programa	Destino	Projeto Atividade	Subelemento	Recurso	Ficha
020703	12	361	00034	1	33	449051020000	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	25324

OBS: Recurso não proveniente de emenda parlamentar.

26. ASPECTOS GERAIS

26.1. As obras e serviços objeto deste Projeto deverão ser executadas em sua integralidade pela Contratada, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, até a sua entrega, atendidos os requisitos técnicos, ambientais e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas à finalidade para a qual foram contratadas.

26.2. As obras e os serviços executados pela Contratada se encontram especificados nos Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária adotada pelo município, constituindo-se partes integrantes deste documento, que demonstram a visão global dos investimentos necessários e as definições quanto aos níveis de serviço que deverão ser atendidos.

26.3. Deverá ser elaborado e apresentado na proposta do licitante o planejamento da revisão e atualização dos projetos, das obras e serviços, inclusive seus cronogramas de execução.

27. ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

27.1. O presente Projeto Básico foi elaborado na Secretaria Municipal de Educação, conforme profissional abaixo relacionado: Engenheiro Civil: Luiz Ricardo Alkmim Souza - CREA MG 238.552/D.



28. APROVAÇÃO:

APROVO o conteúdo deste Projeto Básico, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 3 SALAS DE AULA E 2 BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL EXUPÉRIO GONÇALVES, de acordo com a forma estabelecida na Planilha Orçamentária adotada pelo município, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-Financeiro. DECLARO o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa se encontra adequada com a Lei Orçamentária Anual e compatível com Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda com o Plano Plurianual, estando o presente processo em condições de dar início aos procedimentos de licitação.

Montes Claros - MG, 16 de março de 2026.

INTEGRANTE TÉCNICO	ORDENADOR
<hr/> Luiz Ricardo Alkmim Souza Engenheiro Civil e Fiscal de Obras CREA MG 238.552/D Matrícula 948302-0/1	<hr/> Charles Gutemberg Alencar Soares Secretário Municipal de Educação